

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PÓS-DOCTORAL EM SOCIOLOGIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

WELLINGTON MIGLIARI

**DESINTEGRAÇÃO E AUTONOMIA:
O FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL**

Projeto pós-doutoral de pesquisa aplicada sobre o perfil da população em situação de rua em Belo Horizonte, Minas Gerais, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia. Supervisão da professora Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

BELO HORIZONTE
OUTUBRO
2023

SUMÁRIO

1. Resumo.....	3
2. Introdução.....	3
3. Detalhamento da Proposta.....	5
3.1. Problema abordado e hipótese investigada.....	5
3.2. Justificativa para a realização da pesquisa.....	7
3.3 Principais linhas teóricas.....	9
3.4. Importância do tema	10
3.5. Estratégia de coleta de dados e abordagem metodológica.....	13
3.6. Impactos esperados	16
3.7. Perfil do principal pesquisador	17
3.8. Infraestrutura física	18
4. Membros de equipe	18
4.1. Nomes	18
4.2. Nomes e e-mails.....	18
4.3. Funções	19
4.4. Currículo Lattes	19
4.5. Atividades e cronograma	19
5. Referências Bibliográficas	24

1. Resumo

O trabalho proposto busca estudar o processo de desintegração do negro na cidade de Belo Horizonte observado no fenômeno da população em situação de rua. Por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas com a finalidade de obter informações quanti-qualitativas, pretendemos estabelecer aqueles aspectos fundamentais da trajetória de vida de pessoas que se encontram nas ruas. Além disso, a presente investigação recolherá dados sobre os possíveis tipos de violência institucional e estatal sofridos pelas pessoas entrevistadas. A nossa principal hipótese é a de que existem fatores intergeracionais que são particulares ao grupo como o baixo capital cultural, a obstrução do pensamento prospectivo, a constante exposição à violência doméstica, institucional e policial entre outros. Trata-se de, portanto, de hábitos de exclusão adquiridos e reproduzidos ao longo de gerações. Assim, uma vez estabelecidas as possíveis causas do fenômeno, a presente pesquisa contribui para a elaboração de políticas públicas destinadas a serviços, à assistência de programas de saúde pública, à redução de danos e à moradia.

Palavras-chave: conflitos socio-urbanos, população em situação de rua; população negra; formas de violência; pobreza intergeracional; métodos quanti-qualitativos.

2. Introdução

Embora existam microdados sobre o perfil da população em situação de rua de Belo Horizonte, pouco se sabe sobre a trajetória de vida dessas pessoas. As causas que levam a existência e persistência do grupo também carecem de maior explicação científica e sociológica. Por mais que o senso comum entenda a permanência nas ruas como reflexo de variáveis socioeconômicas, conflitos familiares, quadros psicológicos e psíquicos complexos, dependência química, alcoolismo etc, não partimos do pressuposto de que se deve estabelecer uma relação causal generalizada ao interpretar o fenômeno. Isso porque pobreza, desavenças, transtornos mentais, entorpecentes e bebida não são particulares às pessoas que estão nas ruas. Aliás, essas são em geral variáveis transversais, isto é, independente de classe, renda, escolaridade e origem, elas se manifestam em diferentes grupos para além do que pretendemos investigar e, portanto, nos impedem uma

diferenciação e isolamento de uma possível conceituação sobre o que é a população em situação de rua na capital mineira.

Quanto às hipóteses consideradas no momento da coleta de informações, a primeira testa se há correlação entre os níveis de capital cultural acumulado entre gerações e o processo de desintegração do negro na sociedade de classes. Como ponto de partida, verificaremos se os estímulos cognitivos indispensáveis ao desenvolvimento pessoal estiveram ausentes na infância dos entrevistados. Posteriormente, se detectamos modos de violência em que o comprometimento dos mecanismos intersubjetivos de aprendizado social ao longo de suas biografias explique o fenômeno e não precisamente o critério de renda.

Como a ordem social brasileira é de alta complexidade competitiva, a segunda hipótese, apoiada no conceito de pobreza intergeracional, testa se a vulnerabilidade urbana do negro pode ser explicada apenas por critérios de renda ou se ela é resultado da desintegração ao longo de uma vida. Considerando que as bases do CadÚnico (Cadastro Único) não podem satisfazer a essa hipótese, uma vez que se dedicam à coleta de informações mais sobre o perfil das pessoas em situação de rua, deduzimos que as entrevistas apontem aquelas evidências capazes de atualizar o debate sobre racismo, exclusão e diferenciação social em nossa pesquisa.

No que diz respeito à metodologia a ser aplicada, optamos pelo método da busca ativa para a coleta de dados, ou seja, nossos pesquisadores abordarão pessoas em situação de rua percorrendo diferentes itinerários pela cidade. Para tanto, aproximaremos a nossa entrevistadora de locais ou centros especializados no atendimento dessa população e restaurantes populares onde o fenômeno se concentra.¹ Após o recolhimento das informações, a tabulação e a análise dos dados provenientes das entrevistas serão feitas com a ajuda de programas como R e Python. Essa fase de tratamento é imprescindível na pesquisa, pois é por meio dela que será possível a visualização e georreferenciamento das informações de perfil já conhecidas com os dados qualitativos emergidos das biografias dos entrevistados.

¹ Por ora, estamos considerando o baixo nível de capital cultural produzido historicamente com base nos níveis de escolaridade formal entre pessoas em situação de rua. Os dados são do CECAD, CadÚnico (BRASIL, 2021). Essa perspectiva tende a ser ajustada depois da realização de entrevistas.

Ao final, os dados estruturados devem permitir uma melhor compreensão de (i) quem são as pessoas em situação de rua que acessam os equipamentos pesquisados, (ii) quais são os fenômenos comuns (aqui denominados de desintegração) que, na visão dos entrevistados, contribuíram para a situação de rua, (iii) quais são as violências mais comuns vivenciadas por este público. A partir do relatório final, esperamos contribuir para o melhor direcionamento de políticas públicas destinadas a serviços, à assistência de programas de saúde pública, à redução de danos e à moradia voltadas à população em situação de rua, bem como possíveis intervenções que possam prevenir este fenômeno.

3. Detalhamento da Proposta

3.1. Problema abordado e hipótese investigada

Em *The Struggle for Recognition*, Axel Honneth destaca que há uma relação imanente entre intersubjetividade e afeto enquanto mediador das relações sociais. Dos estágios propostos na teoria do reconhecimento do autor, o atendimento das necessidades concretas de cada indivíduo depende necessariamente de uma intuição afetiva que se origina nos elos familiares. Se a constituição de conexões entre pessoas próximas se revela instável, impedida ou rompida, sobretudo nas fases primevas da formação subjetiva de uma criança, conforme Honneth, comprometem-se, portanto, aqueles requisitos indispensáveis para autonomia formal do indivíduo na vida adulta. Isso quer dizer que, seja no âmbito familiar, entre amigos ou conhecidos, a exposição a diferentes formas de violência, conflitos constantes, medo, insegurança etc de um ser ainda não integrado socialmente em sua plenitude agiria contrariamente à sua própria integração social futura.

Além de a exposição a diferentes níveis de violência subtrair do indivíduo as precondições que, posteriormente, serão exigidas em seu processo de integração social, põe em risco estruturas cognitivas inerentes à superação de diferenças. Por diferente, entenda-se aqui o conjunto de informações conflitantes que uma ordem social competitiva impõe a todos

nós inevitavelmente. No entanto, apenas aquela parcela social munida de habilidades que evitem, superem ou aprendam a desviar-se da violência serão mais capazes de integrar-se socialmente dedicando-se ao treino daquilo que realmente interessa para a reprodução do capital, isto é, estruturas cognitivas, pensamento prospectivo e *habitus* postos a serviço do prestígio social, reconhecimento profissional e acumulação econômica. Em *Subcidadania Brasileira*, Jessé Souza discorre sobre o modo como todo esse instrumental é negado à grande parcela dos brasileiros. É a partir dele, portanto, que os mais dotados de afeto acumulado combinado a um ambiente de relações interpessoais de elevado capital cultural desde a infância se revestem e se integram socialmente de forma mais exitosa.

Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan Fernandes já apontava que a ordem social competitiva no nascimento da sociedade industrial-burguesa brasileira havia esfacelado parte substantiva das relações afetivas familiares de origem negra para abrir espaço a um modelo familiar de referencial branco e europeu. O autor percebe que, entre outros aspectos da revolução burguesa no Brasil, o não reconhecimento da origem negra pela burguesia e Estado nacionais limitou a própria inserção do negro no pleno exercício da cidadania ou de sua ressocialização após a abolição da escravidão no país. A maneira como as novas formas produtivas, assegurada por uma política massiva de imigração, ao priorizar trabalhadores brancos e europeus, invadem a percepção e cognição do negro ao promover o fechamento de um sistema de regras de comportamento, personalidade e valores alheio ou não referido a ele no período posterior à abolição formal da escravidão no Brasil. Nas palavras do autor, “Para eles [negros], na quase totalidade, a sociedade de classe permanecia não igualitária e fechada” (FERNANDES, 2008, v. 1, p. 62) ou “Como se vê, a ressocialização do ‘negro’ afetou todas as esferas de organização das bases perceptivas e cognitivas do comportamento, da personalidade e do horizonte cultural” (FERNANDES, 2008, v.2, p. 38).²

² Em Florestan Fernandes, o tema da ressocialização do negro na sociedade burguesa brasileira se insere também no período da infância. Tanto as relações familiares como o capital cultural, em importante medida transmitido pela educação formal, são capazes de ensinar futuros sujeitos de direito ou cidadãos. Ver capítulo “Uma ideologia de desmascaramento racial” no segundo volume de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

Com base nesses pressupostos teóricos, a primeira hipótese de pesquisa indaga se há correlação ou não entre o baixo capital cultural acumulado e o processo de desintegração do negro visto na população em situação de rua em Belo Horizonte. A ideia é verificar se houve negligência durante a trajetória de vida dessas pessoas quanto àqueles estímulos cognitivos indispensáveis à aquisição e ao aprimoramento de mecanismos intersubjetivos de aprendizado social. É importante investigar também de que modo o afeto ou a falta dele foi determinante nas decisões adultas em uma ordem social de alta complexidade competitiva. A segunda hipótese, apoiada no conceito de pobreza intergeracional, testa se a pobreza urbana pode ser explicada exclusivamente por critérios de renda em pessoas de extrema vulnerabilidade socioeconômica ou se ela resulta de uma desintegração anterior.

Com a finalidade de corroborar ou descartar as hipóteses anteriormente levantadas, a presente proposta de trabalho propõe a realização de entrevistas com pessoas em situação de rua por meio da busca ativa. O método é o mesmo aplicado pelos manuais do CadÚnico (BRASIL, 2017; BRASIL, 2011), com a diferença de que as perguntas a serem elaboradas aprofundarão informações sobre perfil familiar, origem (geográfica e geracional), histórico de violência familiar, afeto e estímulos de capital cultural na infância. As informações a serem extraídas dos depoimentos elevarão o conhecimento sobre o perfil da população em situação de rua em Belo Horizonte, pois se somam aos dados quantitativos do CadÚnico sobre fenômeno para a série histórica 2012-2021. É provável que as narrativas sobre a condição de rua revelem que formas de *habitus* ou de afetos no passado resultaram na pobreza intergeracional sendo esta a suposta principal variável da perda da condição de morar ou da falta de acesso à moradia digna.³

3.2. Justificativa para a realização da pesquisa

³ O conceito de *habitus* aparece na sociologia brasileira pela grande influência dos trabalhos e ideias de Pierre Bourdieu. Ver por exemplo, *Subcidadania Brasileira* ou o capítulo “Da ralé à revolução burguesa” em *A Tolice da Inteligência Brasileira* de Jessé Souza. Trata-se de um exercício teórico revelador no que diz respeito à crítica ao conceito de classe enquanto renda em contraste ao de classe definida pela reprodução de hábitos, racionalidade, cognição e paladar estético a serviço tanto da integração quanto da diferenciação social.

A principal justificativa para a realização do presente trabalho reside na necessidade de se conhecer a trajetória de vida dos entrevistados em situação de rua durante a infância, juventude e fase adulta do desenvolvimento dessas pessoas. Até o momento, não dispomos de informações a respeito, embora os dados quantitativos do Cadastro Único, por exemplo, apenas nos indiquem o perfil dos afetados em formato de microdados, isto é, sexo, idade, escolaridade, renda etc. Outra razão importante para levar a cabo nossa pesquisa é quanto às formas de violência institucional sofridas pelas pessoas com trajetória de rua, uma vez que a relação destas com os serviços ou políticas públicas não tenha sido objeto de mensuração objetiva nem pela academia nem pelos poderes públicos constituídos.

Os dados referentes à população em situação de rua em Belo Horizonte, extraídos da série histórica 2012-2021 em dezembro de 2021, Ministério da Cidadania, apontavam que em dezembro de 2021 havia na capital mineira 8.609 pessoas nas ruas. Desse total, um em cada 10 declarantes era do sexo feminino e, a cada 100 respondentes, 78 tinham entre 30 e 59 anos. Considerando o total absoluto de registros, 90,2% eram de pretos e pardos, apenas 15,2% tinham o Ensino Médio completo e 7,98% pessoas declaravam pertencer à família de catadores de material reciclável. Quanto aos dados sobre trabalho e renda, 9,8% haviam tido algum tipo de remuneração proveniente de atividades informais, 73,9% disseram não ter trabalhado de forma remunerada e 93,81% relataram ter renda de até 89,00 reais mensais. Embora esses microdados nos ofereçam pistas valiosas para o estudo do fenômeno em Belo Horizonte, ainda resta saber quais as causas da desintegração social inerentes a esse grupo. Portanto, a ausência de pesquisas capazes de explicar o porquê de a trajetória intergeracional interferir significativamente no fenômeno e identificar a taxa de permanência das pessoas em situação de rua na cidade de Belo Horizonte nos motiva a realizar a presente investigação (MENDONÇA; HOCHDORN; ALBUQUERQUE, 2023).

Com relação à aplicação de questionários semiestruturados, entendemos que eles corroboram o método mais adequado para a coleta de dados pelo fato de propiciarem maior aproximação dos pesquisadores aos entrevistados. Em grande medida, a pesquisa depende de um elo de confiança mínimo entre todos os envolvidos na pesquisa, ou seja,

entre equipe acadêmica e afetados pelo fenômeno da população em situação de rua é indispensável uma estrutura de perguntas geradora de um ambiente seguro. Além disso, tal como propomos, as entrevistas semiestruturadas priorizam e viabilizam abordagens mais individualizadas e, posteriormente, na fase de tratamento e estudos sobre a trajetória de vida e violência institucional, perfis anonimizados.

3.3 Principais linhas teóricas

Uma das referências bibliográficas a ser utilizada pela proposta de trabalho é a contribuição sociológica de Axel Honneth, *The Struggle for Recognition*, quanto à relevância da intersubjetividade pautada no afeto tanto para o aprendizado como para a integração social. O pressuposto é de que aqueles indivíduos adultos, em que se verifica maior integração social, tendem a ser aqueles que na infância receberam estímulos cognitivos e transmissão de racionalidade produtiva baseados no reconhecimento do adulto enquanto ser capaz de ensinar algo. Portanto, o maior êxito econômico e a amplitude do prestígio social na vida adulta, sejam verificados por meio do usufruto de direitos fundamentais ou pelo exercício da cidadania reconhecida pelo Estado, não advêm da medição da riqueza em si, mas sim do efeito do componente geracional implícito na teoria sociológica de Honneth. O segundo autor é Jesse Souza, *Subcidadania brasileira*, cuja contribuição se situa no debate sobre a cidadania no Brasil, uma vez que o papel do Estado em promover justiça social ao efetivar direitos não deve ser reduzido a critérios de renda ou ganhos materiais. Parâmetros que acabam subtraindo da consciência de uma sociedade os reais operadores da mobilidade e transformação social como, por exemplo, o peso do *habitus* no cotidiano, o exercício constante do pensamento prospectivo e o cultivo de gramáticas estéticas de prestígio mesmo em meio às relações econômicas.

No caso brasileiro, a questão racial é diferenciadora no sentido de que é a população negra aquela alvejada e receptora dos efeitos das desigualdades estruturais reproduzidas de geração para geração de acordo com as constatações empíricas encontradas na literatura.

⁴ Embora considerando múltiplas definições sobre o que é o racismo acompanhado de um

⁴ Para uma análise e compreensão do fenômeno do racismo no campo da psicologia, ver Neusa Santos Souza, *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*; quanto aos

amplo espectro de violência em diferentes abordagens teóricas, partiremos do conceito de ordem social competitiva, proposto já nos anos 1960 por Florestan Fernandes em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, e acrescentaremos quais evidências empíricas podem ser encontradas sobre capital cultural e *habitus* desde uma perspectiva intergeracional relacionados ao fenômeno da população em situação. É importante pôr de sobreaviso que as reflexões de Fernandes se originam da tese de que o esfacelamento das relações afetivas familiares recai maioritariamente sobre famílias e indivíduos de origem negra por razões de o Estado brasileiro escolher uma organização social e econômica a partir da importação de referentes europeus durante as transformações urbanas entre o final do século XIX e início do XX. Segundo o recorte da presente pesquisa, no que tange à desintegração social e à perda das condições de morar ou da falta de acesso à moradia digna, retomaremos essa discussão balizada pela identificação de formas de violência sofridas seja nas redes institucionais de atendimento dessa população, encontradas no uso da força policial e na repressão estatal contra esses indivíduos e na trajetória de vida dos entrevistados a partir da diferenciação afeto/ausência de afeto.⁵

3.4. Importância do tema

O conceito de pobreza intergeracional nos auxilia a evidenciar que o fenômeno da população em situação de rua possui nexos causais existentes entre intersubjetividade negra e violação do direito a uma moradia digna. Entretanto, essas razões não explicam apenas os elementos de integração e diferenciação que afetam a população negra, mas a destituição ou insuficiência da autonomia subjetiva dos mais pobres na capital de Belo Horizonte. É importante ressaltar que a pobreza estrutural é resultado de circunstâncias de longo prazo, como se vê por exemplo, na impossibilidade de afetos entre adultos e crianças geradores de aprendizado social. Apenas as pesquisas qualitativas do tipo entrevistas ou *survey* podem suprir as lacunas que as estatísticas recolhidas no sistema do

traços narcísicos e de autorreferenciamento social, econômico e cultural reprodutores do racismo na ordem do trabalho cotidiano, ler Cida Bento, *O pacto da branquitude*; e Kabengele Munanga, *Negritude: usos e sentidos*, no que diz respeito aos movimentos sociais e intelectuais de luta contra o racismo como reação à ideologia da supremacia branca no Brasil, África, Europa e Estados Unidos.

⁵ Nos estudos urbanos, mesmo aqueles de pensamento crítico sobre a produção das cidades, aparecem balizas que, embora imprescindíveis, acabam por reduzir o debate sobre habitação, moradia e exclusão sem a inclusão do tema do racismo. Ver ARANTES et al., 2002; JENNINGS, 2014; ROLNIK, 2019 enquanto, contraponto, por exemplo, a BERTH, 2023.

CadÚnico possuem. A investigação proposta também pode servir de canal de diálogo com o próprio Ministério da Cidadania e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, já que interessam a esses atores maior precisão na produção de dados sobre o fenômeno da população em situação de rua e pobreza.

O conceito de pobreza intergeracional também pode ser aplicado ao fenômeno da população em situação de rua em outros países. Políticas públicas de acesso à habitação, como o *housing first*, na Finlândia, Suécia e Noruega, segundo a sociologia mais atual em cada um desses países, acabam se escondendo detrás de pré-requisitos limitadores como acúmulo de capital cultural, sobretudo, no domínio de uma língua estrangeira bem como na exigência do domínio de códigos socioculturais elementares à regularização da residência de estrangeiros. A mesma dinâmica de integração/desintegração ocorre em países da Europa continental como França e Alemanha. No contexto asiático de Cingapura e Coreia do Sul, a pobreza intergeracional nos ajudaria a compreender que, mesmo ante melhoras nos índices educacionais recentes, a integração/desintegração social segue pautada nas relações de prestígio, status social e origens familiares tradicionais. No caso de países latino-americanos, cuja presença da população negra é menor que a do Brasil, a pobreza intergeracional contextualiza o debate da integração e diferenciação sobre o fenômeno da população em situação de rua desde uma perspectiva étnica a partir de dados populacionais quanto aos descendentes de povos originários.⁶ Essa pesquisa também se justifica pela aplicação do conceito à realidade estadunidense, pois a pobreza intergeracional, nesse caso, se encontra mais próxima da experiência histórica da escravidão.⁷

Conforme o relatório técnico-científico publicado pelo Programa Polos de Cidadania em setembro de 2021, a População em Situação de Rua: Violações de Direitos e (de) Dados

⁶ Os dados oficiais sobre a população afrodescendente na América Latina, assim como no Brasil, respondem à pergunta quanto à variável cor pela maneira como o entrevistado se vê no momento da coleta de dados. Portanto, esses dados podem variar de censo a censo. Utilizamos para esse projeto, as informações mais atuais sobre a temática. Ver na seção Referências Bibliográficas deste projeto, resultados para Argentina, Colômbia e Uruguay.

⁷ De acordo com o Censo de 2020 do Census Bureau, Departamento de Estatística dos Estados Unidos, os números oficiais sobre a população afrodescendente no país perfazem o total de 13,6% enquanto brancos 75,8%. Disponível em: <https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US/PST045221>. Conforme *The 2020 Annual Homeless Assessment Report (AHAR) to Congress*, 4 em cada 10 pessoas em situação de rua na sociedade estadunidense eram negras. Já nos abrigos de acolhida a pessoas sem domicílio, 47% eram negras

Relacionados à Aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais, o percentual de negros e pardos na cidade superava os 83%. A pesquisa também revelou que a renda de mais de 91% desses indivíduos sem moradia digna se situa entre 0 e 89 reais. A baixa escolaridade foi outro fator de destaque. O relatório apurou que, entre setembro de 2020 e junho de 2021, o grau de instrução desse seguimento em extrema vulnerabilidade econômica na condição de rua era de 10% com Ensino Médio completo. A soma dos que declararam não ter frequentado nunca a escola com aqueles com ciclos de aprendizado interrompidos superava os 88%. Menos de 2% dos respondentes disseram ter tido acesso ao ensino superior. No entanto, mesmo observando os dados não é possível saber quem foram os pais, avós ou responsáveis nas estatísticas do CadÚnico. Tampouco é possível aferir como chegaram à capital mineira ou à região metropolitana de Belo Horizonte (POLOS, 2021).

Ocorre que esses dados, ainda que de suma importância, não nos possibilitam encontrar as relações causais que expliquem a perda da condição de morar ou a falta de acesso à moradia digna entre pessoas em situação de rua. As entrevistas ampliam, portanto, prováveis diagnósticos que tenham maior precisão quanto ao fazimento de políticas públicas, à definição orçamentária no planejamento urbano além dos investimentos em áreas sociais. O conceito de pobreza intergeracional estabelece ainda com evidências quali-quantitativas que as relações de afeto entre adultos e crianças de origem negra são imprescindíveis para os processos de aprendizado intersubjetivo. Sem entender as razões que levam pessoas e famílias à situação de rua, não é factível que a diferenciação e integração sociais sejam compreendidas a partir de questões presentes no habitus dos afetados. Além disso, de que maneira adultos tidos como pobres socioeconomicamente concebem pensamento prospectivo, realizaram seu treinamento cognitivo e adquiriram gramática estética ao longo de suas vidas.

O estudo sobre a pobreza intergeracional propõe um desenho mais próximo às demandas da população em situação de rua, mas, particularmente, esclarece questões relacionadas a temas estruturais na sociedade brasileira. Não é recomendável que a falta de acesso à moradia digna ou a sua perda seja assimilada por analogias que, ainda parcialmente

verdadeiras, nos impedem de ir além dos quantitativos de perfil socioeconômico e renda. A classificação de pessoas em situação de rua, por isso, tem sido objeto de discussão na sociologia mais atual, especialmente, no contexto europeu. O direito ao acesso à moradia em países como Finlândia, Noruega e Suécia, no marco do *housing first*, busca em tese efetivar direitos fundamentais a fim de reduzir o número de pessoas em situação de rua. Contudo, as evidências têm apontado que políticas públicas, cujo propósito é o da moradia primeiro, não puderam se desvencilhar de questionários e registros estereotipados. Para alguns autores, é preciso que haja a descontinuidade de modelos do tipo “escada”, uma vez que a exigência do cumprimento de determinados pré-requisitos para a obtenção do benefício da moradia primeiro não pode resultar um obstáculo disfarçado a famílias e a indivíduos na prática (DENVALL et al., 2022; CARLSSON STYLIANIDES et al.; 2022). Ou seja, a atuação mais adequada não seria aquela de tipificação pautada em renda, laços interpessoais rompidos ou quadros psicológicos complexos, geralmente, percebidos como conjunturas atuais, mas daqueles nexos causais que antecederam a perda ou a nunca obtenção da moradia.⁸

3.5. Estratégia de coleta de dados e abordagem metodológica

A metodologia proposta para a condução do projeto é a busca ativa de dados, ou seja, entrevistas semiestruturadas de pessoas que se encontram permanentemente nas ruas. A coleta de dados ocorrerá na capital de Belo Horizonte e prioriza entrevistados que utilizem equipamentos ou serviços públicos. Para tanto, a estratégia é aproximar a nossa entrevistadora dos seguintes locais: Albergue Tia Branca I, Abrigo São Paulo, Abrigo Maria Maria, Restaurante Rodoviária, Restaurante Hospitais, Centro de Referência da População de Rua – Unidade Centro Pop Centro-Sul, Centro de Referência da População

⁸ Cerca de 2/3 das mulheres em situação de rua na Suécia são estrangeiras e aproximadamente 40% dos afetados pelo fenômeno possuem filhos menores de 18 anos de acordo com o *Socialstyrelsen* ou o Conselho Nacional de Saúde e Bem-Estar que a autoridade máxima no país sobre a matéria (SUÉCIA, 2021, p. 24). Conforme o último relatório sobre exclusão social e moradia, a *Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abris* (FEANTSA) ressalta que, na Finlândia, 64% das pessoas em situação de rua são acomodadas por parentes, 20% de jovens de até 25 anos, 22% de imigrantes e 25% de mulheres (FEANTSA, 2021, p. 113). Na Noruega, o Ministério dos Governos Locais e Estratégia de Modernização publicou um relatório onde vemos que 23% dos lares no país pagam aluguel sendo que metade desse quantitativo se encontra em condições de desvantagem econômica. Desses indivíduos e famílias, cerca de 60% têm histórico familiar de imigração (NORWAY, 2022).

de Rua – Lagoinha, Centro de Referência da População de Rua – Unidade Centro Pop Leste, Pastoral de Rua, Posto de Saúde Carlos Chagas e Projeto Moradia Primeiro (PMP) Realizado pelo Ministério Público e Pastoral Nacional do Povo da Rua.⁹ A distribuição de cotas para a aplicação dos questionários se encontra descrita na Tabela 1 e prevê, inicialmente, um total de 100 entrevistas.

Tabela 1. Locais, número de entrevistas e percentual por unidade

Instituições	Cotas semanais	Percentual por unidade	Semanas
Albergues			
1- São Paulo	10	10%	1
2- Tia Branca 1	10	10%	2
3- Maria, Maria	10	10%	3
Restaurantes populares			
1- Rodoviária (Popular 1)	15	15%	4
2- Hospitais (Popular 2)	15	15%	5
Centro Pop (CREAS especializado na Pop Rua - banho, lavagem de roupa, etc)			
1- Lagoinha	5	5%	6
2- Centro Sul	5	5%	7
3- Leste	5	5%	8
Outros equipamentos			
1- Pastoral da população de rua	15	15%	9
2- Posto de saúde Carlos Chagas - referência da pop Rua	5	5%	10
3- PMP	5	5%	10
Totais	100	100%	10

Representatividade: 1 mulher para cada 7 homens

⁹ Ver a distribuição de dados na série histórica 2012-2021 e como o fenômeno no Brasil alveja a população negra no país. Informações publicadas pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Esses quantitativos resultam de pesquisa e residência pós-doutoral entre 2021 e 2022 do Dr. Wellington Migliari. Ver <https://obpoprua.direito.ufmg.br/>.

A coleta de dados ocorrerá por meio da pesquisa de fluxo, isto é, a abordagem da entrevistadora se realizará no momento em que pessoas em situação de rua esperam ser atendidas em pontos de serviços ou atenção a esse público. Essa estratégia se mostra eficaz, uma vez que (i) o entrevistado tem a opção de consentir em colaborar com a pesquisa em um entorno seguro; (ii) o entrevistador disporá de tempo suficiente para o preenchimento do formulário; (iii) a pesquisa de fluxo é coerente com os objetivos do projeto, pois o uso de serviços pelo entrevistado, algo imprescindível em nossa investigação, se comprova na fila de espera.

No entanto, a aplicação dos questionários depende de uma fase de pré-teste para o cálculo de tempo aproximado das entrevistas e identificação de possíveis obstáculos nas abordagens. Quanto aos possíveis riscos envolvidos na aplicação do questionário durante a pesquisa, é importante destacar que a superação deles se dá inicialmente a partir do elo de confiança entre entrevistadora e entrevistado. Além disso, os locais onde aplicaremos os questionários convivem com a presença de serviço de segurança, guarda municipal e outros agentes sociais para impedir ou mitigar eventuais conflitos. Dessa forma, a coleta de respostas voluntárias ocorrerá em um ambiente reconhecidamente seguro. Os pontos onde se repartem as refeições, serviços e acolhimento buscados pela população em situação de rua são outro redutor de risco em si mesmo, uma vez que esses serviços sociais gozam do reconhecimento de quem os busca de que há regras mínimas de convivência pacífica e tolerante entre os usuários.

A escolha dos entrevistados será feita no momento de maior fluxo de pessoas nas filas de espera para as refeições, oferta de serviços ou pontos de atendimento da população em situação de rua. O entrevistador abordará aquele potencial respondente que se encontrar na última posição da fila de espera e, em caso de recusa, passará ao seguinte. Quanto ao público a ser entrevistado, não há preferência em relação à cor, idade, origem socioeconômica ou qualquer outra variável de perfil exceto a proporção 1 mulher para cada 7 homens. A única condição para participar é que os respondentes estejam em situação de rua em Belo Horizonte há pelo menos um mês. Os registros das conversas

serão feitos por meio de formulários e o suporte material será um tablet. É importante salientar que todas as informações coletadas durante as abordagens, questionamentos que ensejam narrativas ou respostas objetivas, serão armazenadas com exceção da identidade de nossos entrevistados. Uma vez os dados coletados e tratados de forma anonimizada, nomes ou outros dados pessoais serão destruídos. Quanto às perguntas qualitativas, sobre a trajetória de vida dos entrevistados, os áudios resultantes serão transcritos pelo software *LimeSurvey*.

Ainda sobre metodologia e tratamento de dados, a presente pesquisa fará o uso de programação e da inteligência artificial em linguagens como R e Python. Trata-se, assim, de automatizar processos com a finalidade de tabular informações quanti-qualitativas e de estimar cenários sobre o fenômeno da população em situação de rua na cidade de Belo Horizonte. Além disso, serão gerados gráficos, tabelas e mapas para facilitar a síntese e a compreensão dos tipos de violência estatal, institucional e aspectos da trajetória de vida postulados em nosso questionário.

Já quanto à imprecisão sobre os fatores causais que levam ao aumento da população em situação de rua, particularmente, no que diz respeito à população negra na sociedade brasileira, os dados surgidos de entrevistas semiestruturadas nos permitirão modelar estudos teóricos e interpretar sociologicamente o fenômeno a partir do conceito de pobreza intergeracional. Essa fase da pesquisa nos proporcionará o avanço de investigações anteriores como as que se deram no âmbito do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas, Programa Polos de Cidadania, Universidade Federal de Minas Gerais.

3.6. Impactos esperados

O projeto resultará em um repositório e um banco de dados sobre ao perfil familiar das pessoas negras em situação de rua na cidade de Belo Horizonte com detalhes sobre sua origem (geográfica e genealógica), histórico de violência familiar, estímulos de capital cultural e relatos sobre infância. Além disso, utilizaremos o programa R para o tratamento, compilação, análise e visualização de dados com a geração de gráficos,

tabelas e mapas que estarão disponíveis online em um link da página institucional do CRISP, Universidade Federal de Minas Gerais.

Como instrumento de divulgação de resultados, optamos pela confecção de infográficos e a produção de vídeos curtos ou *stories* com uma série de pelo menos dez módulos de dois minutos, isto é, resultados de pesquisa contados em vinte minutos. Além disso, elaboraremos e a submeteremos artigos científicos a revistas de impacto. Um dos textos será submetido a *Housing, Theory and Society*, Francis & Taylor; o segundo a *Journal of Housing Economics*, Elsevier; e o terceiro à *Revista Lua Nova*, *Revista de Cultura e Política versão online*.

Posteriormente à estruturação dos dados, eles permitirão uma compreensão mais adequada de (i) quem são as pessoas em situação de rua que acessam os equipamentos pesquisados, (ii) quais são os fenômenos comuns (aqui denominados de desintegração) que, na visão dos entrevistados, contribuíram para a situação de rua, (iii) quais são as violências mais comuns vivenciadas por este público. Com o relatório final, esperamos conjugar esforços para um direcionamento mais preciso de políticas públicas destinadas a serviços, à assistência de programas de saúde pública, à redução de danos e à moradia voltadas à população em situação de rua, bem como possíveis intervenções que possam prevenir este fenômeno.

3.7. Perfil do principal pesquisador

O principal pesquisador do projeto, Wellington Migliari, é Doutor em Direito e Ciência Política pela Universidade de Barcelona, com mestrado em Estudos Internacionais pela mesma instituição. Possui graduação em Relações Internacionais com publicações em Sociologia Aplicada sobre o fenômeno da população em situação de rua. Tem trabalhado com temas sobre direito à moradia e direito à cidade de forma inter/transdisciplinar. Possui ainda conhecimento de tecnologias, cria aplicativos e programa em diferentes linguagens. Outro feito interessante é o trabalho que realizou na desagregação, decodificação, tabulação e tratamento de dados em uma série histórica oferecida pelo

Ministério da Cidadania ao Programa Polos de Cidadania, Universidade Federal de Minas Gerais.

3.8. Infraestrutura física

Destacamos ainda que o projeto terá como principal local de trabalho e referência o Centro de Estudos Criminalidade e Segurança Pública, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6627, Pampulha. Além da infraestrutura e concentração de pesquisadores em Sociologia, possibilita a interlocução entre investigadores sobre os resultados parciais e finais da pesquisa. Encontram-se ainda no centro indicado outros projetos que podem se beneficiar de modo inter/transdisciplinar do objeto de nossa pesquisa ou dos métodos sugeridos.

O projeto conta com os laboratórios de processamento de dados e espaço de estudo na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, bem como pesquisa como salas para pós-graduandos, bibliotecas e o servidor da universidade para o armazenamento de dados seja em forma de banco, repositório ou página virtual.

4. Membros de equipe

4.1. Nomes

Dr. Wellington Migliari –Pesquisador e Membro da Equipe
Dra. Gabriela Gomes Cardoso – Pesquisadora e Membro da Equipe
Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro – Supervisão e Membro da Equipe
Juliana Rodrigues de Oliveira – entrevistadora

4.2. Nomes e e-mails

Wellington Migliari
wemigliari@ufmg.br

Gabriela Gomes Cardoso
gabriela.gomes@crisp.ufmg.br

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro
ludmila.ribeiro@gmail.com

Juliana Rodrigues de Oliveira
julianapsico.rodrigues@gmail.com

4.3. Funções

Wellington Migliari, residente pós-doutoral e membro do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

Gabriela Gomes Cardoso, pesquisadora e membro do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, professora doutora do Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da mesma instituição e supervisora do projeto.

4.4. Currículo Lattes

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro
<http://lattes.cnpq.br/3513195789991271>

Wellington Migliari
<http://lattes.cnpq.br/2780207265936546>

4.5. Atividades e cronograma

Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro:

- Organização da revisão sistemática de estudos urbanos, tendo como recorte a população de rua, com vistas a coletar informações que possam ser úteis para a construção e análise dos dados de *survey*
- Desenho do instrumento de coleta de informações tipo *survey*;
- Treinamento dos pesquisadores de referência, que serão residentes das ocupações mapeadas;
- Treinamento do pesquisador responsável pela supervisão da coleta de dados na rua e nas ocupações urbanas;
- Supervisão da aplicação do *survey*;
- Análise dos dados coletados via *survey*, vis-à-vis as entrevistas estruturadas e a revisão da literatura;
- Redação conjunta de dois relatórios sendo um em cada final de ano de pesquisa.

Dr. Wellington Migliari

- Suporte no desenho e ajuste do *survey* a ser aplicado;
- Coleta, tratamento e análise de dados com foco na população de rua a partir do *survey* a ser realizado;
- Cruzamento de dados qualitativos com as estatísticas oficiais do Cadastro Único sobre o fenômeno;
- Revisão, síntese e avaliação em conjunto com a coordenadora do projeto do marco teórico dos estudos urbanos desde uma perspectiva sociológica com ênfase no fenômeno da população em situação de rua;
- Programação de algoritmos e códigos que resultarão na análise e visualização de dados;
- Código para a elaboração de aplicativos destinados à visualização de dados;
- Construção do banco de dados e do repositório com os resultados da pesquisa;
- Criação de uma página com os resultados da pesquisa para visualização e acesso ao banco de dados resultantes do projeto;
- Apresentação de trabalhos científicos;
- Publicação de trabalhos científicos em revistas indexadas;
- Publicação de dados em forma de mapas, tabelas e gráficos em linguagem visual compatível aos públicos acadêmico e não-acadêmicos;
- Elaboração de vídeos em formato de *stories*;
- Redação conjunta de dois relatórios sendo um em cada final de ano de pesquisa.

Dra. Gabriela Gomes Cardoso

- Apoio na elaboração do questionário que resultará no rol de perguntas da entrevista semiestruturada;
- Suporte e treinamento da entrevistadora para a coleta;
- Apresentação de trabalhos científicos;
- Publicação de trabalhos científicos em revistas indexadas;
- Publicação de dados como mapas, tabelas e gráficos em formato infográfico em linguagem visual compatível aos públicos acadêmico e não-acadêmicos;
- Elaboração de vídeos em formato de *stories*;
- Redação conjunta de dois relatórios sendo um em cada final de ano de pesquisa.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO BOLSISTA

ESPECIFICAÇÃO DA META DO BOLSISTA: META 1 ANO 1													
ETAPAS DE REFERÊNCIA DO PROJETO: 8													
AS ETAPAS DESCRITAS ABAIXO CORRESPONDEM À META 1 DO PROJETO		MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
1.1	Elaboração de questionários	X	X	X									
1.2	Fase de pré-teste do formulário de perguntas a serem aplicadas				X								
1.3	Aplicação de questionários nos quatro primeiros pontos de coleta conforme a Tabela 1 do presente projeto.					X							
1.4	Aplicação de questionários nos quatro seguintes pontos de coleta conforme a Tabela 1 do presente projeto.						X						
1.5	Aplicação de questionários nos dois últimos pontos de coleta conforme a Tabela 1 do presente projeto.							X					

1.6	Tabulação, análise e visualização de dados (inclui-se a criação de uma página com mapas, tabelas e vídeos curtos e repositório para os dados coletados)								X	X	X		
1.7	Elaboração de dois vídeos curtos (2 min. no máximo cada)											X	X
1.8	Elaboração de relatório final da Etapa 1											X	X

ESPECIFICAÇÃO DA META DO BOLSISTA: META 2 ANO 2

ETAPAS DE REFERÊNCIA DO PROJETO: 5

AS ETAPAS DESCRITAS ABAIXO CORRESPONDEM À META 2 DO PROJETO		MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18	MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24
2.1	Desenvolvimento de aplicativos para a visualização de dados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.2	Divulgação dos resultados em congressos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

2.3	Participação em congressos e eventos acadêmicos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.4	Publicação de artigos em revistas indexadas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.5	Elaboração de relatório final da Etapa 2											X	X

5. Referências Bibliográficas

- ABREU, M. A. de **A Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro**. (IPLANRIO 1997-2ª Edição-Rio de Janeiro).
- _____. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: no Limiar de uma Nova Era**. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. v. 2.
- _____. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ARGENTINA. **Dirección Nacional de Población**. Perfil demográfico y distribución espacial de afrodescendientes de y en Argentina, Noviembre 2021. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/11/perfil_demografico_y_distribucion_espacial_afrodescendientes_argentina.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.
- BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTH, J. (2023). **Se a Cidade Fosse Nossa: Racismos, Falocentrismos e Opressões nas Cidades**. São Paulo: Paz e Terra, 2023.
- BONDUKI, N. Do cortiço à habitação digna: uma questão de vontade política. São Paulo, **Revista Urbs**, Associação Viva o Centro, ano II, no 11, mar, 1999.
- BOURDIEU, P. **The Forms of Capital**. In: RICHARDSON, J. Handbook of theory and research for the sociology of education. Westport: Greenwood, 1986. p. 241-258.
- BRASIL. **Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua**. 3. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem Programas Sociais, 32,1% da População do País estariam em Situação de Pobreza**, 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.
- BRASIL. **Manual do Entrevistador**. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Série Histórica 2012-2021 sobre a População em Situação de Rua no Brasil**, 2021.

- CARLSSON STYLIANIDES, K.; BEJERHOLM, U.; DENVALL, V.; KNUTAGÅRD, M.; JOHANSON, S. Implementation structures at work. Exploring implementation and de-implementation attempts regarding Housing First and Individual Placement and Support. **Social Policy & Administration**, v. 56, n. 4, p. 617– 631. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/spol.12808>. Acesso em: 12 set. 2022.
- COHEN, A. A. e FRIDMAN, S. A. **Rio de Janeiro Ontem & Hoje**. 2ed. Rio de Janeiro: O Autor, 2004.
- COLÔMBIA. **Departamento Nacional de Estadística**. Sobre las Cifras de la Población Negra, Afrocolombiana, Raizal y Palenquera (Sentencia T-276 de la Corte Constitucional), 2022. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/grupos-etnicos/informacion-tecnica>. Acesso em: 14 out. 2022.
- CORACINI, M. J. (Org.). **Identidades Silenciadas e (In)visíveis : entre a Inclusão e a Exclusão**. Campinas: Pontes.
- DENVALL, V.; BEJERHOLM, U.; CARLSSON STYLIANIDES, K.; JOHANSON, S.; KNUTAGÅRD, M.. De-implementation: lessons to be learned when abandoning inappropriate homelessness interventions. **International Journal on Homelessness**, Ontário, v. 2, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/ijoh/article/view/13709/11797>. Acesso em: 20 out. 2022.
- ESTADOS UNIDOS. Census Bureau. **Quick Facts. Black or African American Alone**, 2020. Disponível em: <https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US/PST04522>.
- ESTADOS UNIDOS. The U.S. Department of Housing and Urban Development. **The 2020 Annual Homeless Assessment Report (AHAR) to Congress**, 2020. Disponível em: <https://www.huduser.gov/portal/sites/default/files/pdf/2020-AHAR-Part-1.pdf>.
- FEANTSA. **Six Overview of Housing Exclusion in Europe**. Bruxelas: Fondation Abbé Pierre - FEANTSA, 2021.
- FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. v. 1.
- FERREIRA, F. P. M., NOGUEIRA JUNIOR, Reginaldo Pinto, COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. **Determinantes da Escolarização de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Estado de Minas Gerais**. In: Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 18, n. 68, p. 465-487, jul./set. 2010.
- FERRO, M. C. T. **Política Nacional para a População em Situação de Rua: o Protagonismo dos Invisibilizados**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. In: Revista Direitos Humanos, n. 8, p. 35-39, jan. 2012.
- FRACASSO, L. **Situação de Rua e Consumo de Crack. In: O tratamento do Usuário de Crack**. 2. ed. Porto Alegre : Artmed, 2012, p. 585-597.
- FRANGELLA, S. M. **Corpos Urbanos Errantes: Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo**. São Paulo: Anablume-Fapesp, 2009.

- FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.
- GARCIA, E. **Pessoas em Situação de Rua e Direitos Prestacionais**. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro, n. 48, abr./jun., p. 75-106 2013 / Revista brasileira de direito constitucional [recurso eletrônico], n. 19, p. 311-340, jan./jun. 2012.
- GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Contribuições para a Compreensão dos Processos de Vulnerabilidade e Desfiliação Social**. In: Ciência & saúde coletiva, v. 14, n. 2, p. 467-475, mar./abr. 2009.
- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. **Estatística & Informações: Demografia e Indicadores Sociais**, 2015. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/deficit-habitacionalBrasil_2015.pdf>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.
- HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.
- HASENBALG, C.; GONZALEZ, L. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- HONNETH, A. **The struggle for recognition**. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- JENNINGS, A. et al. **Brasil em jogo: o que fica das olimpíadas?** São Paulo: Boitempo, 2014.
- KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARICATO, E. **Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MELO, E. R. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Direitos Humanos e Justiça: uma Reflexão Crítica sobre a Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e o Sistema de Justiça no Brasil**. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MENDONÇA, G. N. S.; HOCHDORN, A.; ALBUQUERQUE, R. M. **A Permanência em Situação de Rua - Um Olhar Fenomenológico para a Relação Pessoa-Rua**. In: Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog, v. 9, n. 2, p. 45-54, abr.-jun 2023.
- MEYER, R. M. P.; GROSTEIN, M. D.; BIDERMAN, C. **São Paulo Metrópole**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- MUNANGA, K. **Negritude: Usos e Sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- NORWAY. Ministry of Local Government and Modernisation Strategy **We All Need a Safe Place to Call Home: National Strategy for Social Housing Policies (2021-2024)**, 2022. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/contentassets/c2d6de6c12d5484495d4ddeb7d103ad5/we-all-need-a-safe-place-to-call-home-national-strategy-for-social-housing-policies-2021-2024.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

- PAICA-RUA (Org.). **Meninos e Meninas em Situação de Rua: Políticas Integradas para Garantia de Direitos**. São Paulo: Cortez.
- PICCINI, A. **Cortiços e Reestruturação do Centro Urbano de São Paulo de Habitação e Instrumentos Urbanísticos**. São Paulo: Annablume, 1999.
- POLOS. **População em Situação de Rua: Violação de Direitos e (de) Dados Relacionados à Aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais**, 2021. < <https://polos.direito.ufmg.br/nota-tecnica-sobre-o-cadunico-em-belo-horizonte-mg/>>. Acesso em: 04 de jan. de 2021.
- REIS, D. S. **SISRUA: Contribuição para Gestão em Rede de Serviços de Atenção à População em Situação de Rua**. In: O social em questão, v. 17, n. 30, p. 89-105, 2013.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez.
- SOMEKH, N. A (Des)Verticalização de São Paulo e o Plano Diretor da Cidade. **PosFAUUSP**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 77-84, 1992. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v1i2p77-84. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/136183>. Acesso em: 13 out. 2022.
- SOUZA, J. A **Tolice da Inteligência Brasileira**. Rio de Janeiro: Leya, 2015.
- SOUZA, J. **Como o Racismo Criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.
- _____. **Subcidadania Brasileira: para Entender o País além do Jeitinho Brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
- SOUZA, M. A.; BOGUS, L. Como Anda São Paulo. **Cadernos MetrÓpole**. Especial. EDUC, São Paulo, 1 sem 2004.
- SOUZA, M. A. **A Identidade da MetrÓpole**. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1994.
- SUÉCIA. **Socialstyrelsen**. Förebygga och motverka hemlöshet Analys och förslag för fortsatt arbete inom socialtjänsten, 2021. Disponível em: <https://www.socialstyrelsen.se/globalassets/sharepoint-dokument/artikelkatalog/ovrigt/2021-9-7582.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.
- URUGUAY. **Instituto Nacional de Empleo y Formación Profesional**. Afrodescendencia, 2017. Disponível em: <https://www.inefop.org.uy/SIN-CATEGORIZAR/Afrodescendencia-uc1731>. Acesso em: 14 out. 2022.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 1998.